

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

O LÚDICO COMO FERRAMENTA NA ALFABETIZAÇÃO

FERREIRA, Ana Paula da S. Martins¹.

ALBRECHT, Ana Rosa Massolin ².

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma pesquisa bibliográfica, tendo por objetivo analisar as práticas pedagógicas utilizadas com os alunos portadores de TEA (Transtorno do Espectro Autista) na fase da alfabetização. A partir desta proposta, promove-se uma abordagem sobre a inclusão e alfabetização do autista no ensino regular. Porém, é importante que o educador em sua prática pedagógica saiba desenvolver meios que despertem uma interação de qualidade, promovendo flexibilizações e adaptações significativas aos alunos. O Transtorno do Espectro Autista (TEA), é um assunto bem atual, que tem a necessidade de ser discutido e estudado por isto a minha pesquisa se propõe a verificar o quanto é importante à utilização do lúdico na esfera da educação de um aluno autista promovendo seu desenvolvimento, observando os materiais que são usados neste processo e os métodos que são usados em sala de aula, tentando entender como os métodos funcionam no processo de aprendizagem, além da formação continuada do educador e o apoio de toda equipe pedagógica. Para compreendermos a importância do lúdico, destacaram-se algumas questões-chaves como as características do transtorno e a importância da ludicidade. O foco foi o processo de alfabetização por estar inserido nos primeiros anos da criança na escola. Para ter como bases neste percurso foram selecionados alguns autores que discutem a temática e que me guiaram na abordagem e compreensão do tema.

Palavras-chaves: Alfabetização. Transtorno do Espectro Autista. Lúdico.

1. INTRODUÇÃO

No presente artigo científico buscou-se analisar as práticas docentes com crianças que estão em processo de alfabetização, possuindo o Transtorno do Espectro Autista (TEA), um transtorno de desenvolvimento que pode se manifestar durante a primeira infância podendo afetar o desenvolvimento cognitivo, linguagem e habilidades de socialização e interação com o meio.

¹Bacharelado em Psicopedagogia no Centro Universitário Internacional UNINTER. Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso. 2º-2021.

² Especialista em Gestão e Docência em Educação Infantil; Psicopedagogia Clínica e Institucional e Educação Especial.

Investiguei que nos últimos dez anos vêm tendo um aumento expressivo de pesquisas relacionadas ao TEA.

Através destas pesquisas foi possível o levantamento de elementos e dados sobre o transtorno, mais especificamente na fase da alfabetização, compreendendo que esta fase é de extrema importância para a formação do ser, onde eles, por meio da leitura, adquirem sua independência, fazendo inúmeras descobertas. É essencial considerar que a relação professor-aluno precisa ser aprimorada e adaptada a cada dia, de forma que se desenvolvam as potencialidades do educando, garantido sua participação ativa na sociedade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei n. 9.394 de 29 de Dezembro de 1996, garante que a educação especial seja ofertada preferencialmente na rede regular de ensino, para alunos com transtornos globais do desenvolvimento, deficiências altas habilidades ou superdotação, e que estes educandos tenham acesso a intervenção docente para que desenvolvam plenamente e construam seu conhecimento. Diante destas questões chegou-se a algumas indagações tais como: Como os professores procuram desenvolver uma educação inclusiva? Quais dificuldades e problemas são encontrados pelos professores no processo de alfabetização de portadores de TEA? Quem elabora a adequação do material a ser utilizado? Assim, a finalidade é analisar e desenvolver uma boa performance da prática pedagógica docente.

DESENVOLVIMENTO

O Autismo Infantil foi definido por Kanner, em 1943, sendo, no começo, denominado Distúrbio Autístico do Contato Afetivo, como uma condição com características comportamentais bastante específicas, tais como: agitações emocionais com o meio. As definições de Kanner foram prontamente absorvidas pela comunidade científica.

A abordagem etiológica do Autismo Infantil, proposta pelo autor, evidenciava a existência de uma distorção do modelo familiar, que provocaria alterações no desenvolvimento psico-afetivo da criança, derivado do caráter altamente intelectual dos pais destas crianças. Apesar desta hipótese, o autor

não deixou de apontar que algum fator biológico, existente na criança, poderia estar envolvido, uma vez que as modificações comportamentais eram verificadas prematuramente, o que dificultaria a aceitação puramente relacional. Esses referenciais para a suposição etiológica foram, de certo modo, prógonos de duas abordagens teóricas distintas para o estudo do Autismo Infantil, ainda hoje motivo de discussões. Em 1978, o mesmo autor propôs critérios diagnósticos, salientando a necessidade da observação comportamental dos indivíduos. Os critérios incluíam a perda do interesse social e da responsabilidade; alterações de linguagem que vão desde a ausência de fala até o uso particular da mesma; comportamentos bizarros, realizados da mesma forma e compulsivos; jogo limitado e rígido; início prematuro do quadro, ou seja, antes dos 30 meses de vida. (TAMANHA A.C, PERISSINOTO J., CHIARI B.M. 2008.P. 297).

Alfabetizar é sempre um desafio. Quando se trata de uma criança diagnosticada com TEA, o ponto a ser considerado é o conjunto de características do sujeito: percepção de mundo, sentimentos, desenvolvimento da fala, comorbidades. Todos esses itens são imprescindíveis, mas eles estão ligados a um aspecto que é o ponto crucial para professores e profissionais de diversas áreas: o pensamento da criança. De qual maneira ela lida com suas dificuldades. Nesse sentido, conforme defende a Professora Dayse Serra, (2018, p. 1) “[...] o momento da alfabetização é a preocupação de muitos pais e professores e é sempre um caminho que precisa ser feito com paciência”.

Por isso, esse artigo busca trazer informações, sugestões e estratégias de avaliação e alternativas de atividades para alfabetizar as crianças portadoras de TEA.

Segundo a autora, o TEA é “um transtorno global do desenvolvimento infantil que se manifesta antes dos 3 anos de idade e se prolonga por toda a vida”. Para a mesma autora, e também para outros autores, o TEA caracteriza-se por “um conjunto de características que afetam as áreas da socialização, do comportamento, comunicação”, e ressalta que, dentre estas áreas, geralmente a mais comprometida é a interação social (SILVA et al, 2012, p.6).

Um dos principais problemas enfrentados na alfabetização de pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) é o fato de que muitas delas apresentam dificuldades para estabelecer uma relação coletiva com os outros.

Nesse sentido, mais do que aprender, a escola fornece a crianças com autismo uma certidão de aceitabilidade ao proporcionar-lhes o lugar de “estudantes”. Com a inclusão, aposta-se no poder das diferentes produções discursivas presentes no ambiente escolar de planejar, garantir e sustentar o lugar social de aluno.

De acordo com Marise Bartolazzi Bastos, Doutora em Psicologia Escolar (2017, p. 136):

É preciso questionar a pedagogia tradicional de modo a permitir que a escola reavalie suas práticas fora de uma perspectiva de desenvolvimento. Trata-se de possibilitar que ela tome essa criança como estudante, não exclusivamente pelo conceito do desenvolvimento cognitivo, porém incluindo também o sujeito psíquico, proporção que não coincide com o desenvolvimento biológico. Só assim novas formas de aprender e ensinar serão disponibilizadas.

2. A inclusão do aluno com TEA

Como é proposto pela Pedagoga Schirlene Maria de Andrade Queiroz,

a inclusão de crianças com TEA na escola regular tem sido um desafio, e a maioria das escolas ainda não está preparada para receber esses alunos. Ainda é necessário adequação, tanto em termos de estrutura e recursos, quanto de formação continuada dos profissionais, de modo a possibilitar o desenvolvimento de estratégias que favoreçam o desenvolvimento e a aprendizagem desses sujeitos. Um dos principais problemas enfrentados na escolarização de pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) é o fato de que muitas delas experimentam dificuldade para estabelecer uma relação socializada com os outros. Nesse sentido, mais do que a chance de aprender, a escola oferece a crianças com autismo uma certidão de pertinência ao proporcionar-lhes o lugar de “estudantes”. Com a inclusão, aposta-se no poder das diferentes produções discursivas presentes no ambiente escolar de delinear, assegurar e sustentar o lugar social de aluno. (2018, P.1)

Algumas crianças autistas têm dificuldades com as competências, e pode ser um desafio ensiná-las algumas tarefas básicas, como ler e escrever. Como a alfabetização é essencial para o dia a dia, é importante ajudar a criança com autismo a desenvolver essas habilidades. Foque em ajudá-lo a desenvolver a coordenação motora através de pinturas e exercícios de escrita. Também é importante obter ajuda especializada da escola ou de outro profissional, se necessário. A inclusão escolar, “implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os

que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, [...]”. (MANTOAN 2003, P.16)

No caso dos alunos com deficiência, ao longo da história da educação no Brasil, passou-se basicamente por quatro períodos específicos, a exclusão, a segregação, a integração, e atualmente, a inclusão que, apesar de muitas vitórias, ainda enfrenta muitos entraves. A inclusão de alunos com TEA precisa, portanto, de transformações importantes, sobretudo na maneira como os professores veem esses alunos, entendem o próprio papel e criam a relação com o saber e o conhecimento. As discussões sobre a inclusão escolar de pessoas com deficiência começou a ser feito no Brasil na década de 1990, a partir da Declaração Mundial sobre Educação para Todos: contentamento das necessidades básicas de aprendizagem, em Jomtien, (UNESCO, 1990), bem como da Declaração de Salamanca em 1994, na qual se questionou a atenção educacional aos alunos com necessidades educacionais especiais, considerada mundialmente um marco para o processo de inclusão, confirmando o princípio de que a educação é para todos, independentemente das diferenças individuais e reconhecendo a urgência da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais no ensino regular (UNESCO, 1994). Contudo, o TEA só foi reconhecido como deficiência em dezembro de 2012, através da Lei 12.764/12, denominada “Lei Berenice Piana”, que: “institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista” (BRASIL, 2012c), e do Decreto Nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014 que regulamenta a Lei 12.764 e afirma em seu parágrafo único que: ‘Aplicam-se às pessoas com transtorno do espectro autista os direitos e obrigações previstos na Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo [...]’ (BRASIL, 2014). Alguns autores afirmam que,

para garantir a inclusão, é necessário um projeto de escola que considere as necessidades e limitações de cada sujeito e que apoie alunos e professores, garantindo a utilização de estratégias de ensino diversificadas. (SANCHES e SIQUEIRA 2016, p32).

Para tal, se faz necessário pensar na formação de professores que atuam com esse público.

3.Como funciona a alfabetização em portadores de TEA?

Para os alunos portadores de TEA, um dos desafios na escola é a alfabetização, tal processo exige do aluno capacidades como a socialização, comunicação e a concentração. Silva et al (2017), verificou que esse processo ocorre de forma diferente entre os alunos, devendo ser tratado a partir das especificidades de cada sujeito e do estímulo que é dado a cada um. De acordo com MEC, atualmente o período estabelecido para a alfabetização é de três anos, do 1º ao 3º anos8 iniciais do ensino fundamental. A criança inicia esse processo a partir dos 6 anos e se estende até os 8 anos de idade. O processo de alfabetização vem sendo trabalhado em uma perspectiva de letramento, que Soares (2005 p. 50) designa como “o conjunto de conhecimentos, atitudes e capacidades envolvidos no uso da língua em práticas social e necessário para uma participação ativa e competente na cultura escrita.” É de extrema importância a interação social no processo de inclusão para impulsionar o interesse e estimular o aluno a realizar as atividades e se desenvolver. Tira-se por conclusão que, para elas, a criança com TEA se desenvolve melhor com as trocas de experiências com outras crianças, que não estejam dentro do espectro. Para Vygotsky (2010 p. 389) “é de suma importância não fechar essas crianças em grupos específicos, mas praticar com o convívio com outras crianças da forma mais ampla possível”.

No processo gradativo, como afirma Marise Bartolazzi Bastos Doutora em Psicologia Escolar,

na aquisição da escrita, pode ocorrer uma operação de linguagem de dupla mão: uma escrita será construída, um sujeito também se construirá como efeito do desenvolvimento da escrita. Simultaneamente que se forma a escrita, ela o forma, em um jogo de reorganização do campo simbólico e da linguagem. (2017, p.137)

O processo de alfabetização dessas crianças é uma forma de auxiliá-las a encontrar modos mais flexíveis de referência à linguagem, inserindo possibilidades de laço social pela escrita. Dessa maneira o termo “Educação terapêutica”, destaca que para esses alunos, estar na escola tem uma dupla função, as duas com valor terapêutico: de um lado, promove a socialização, do outro, coloca em ordem o campo simbólico. Portanto, como aponta Vigotysky (2000), “a interação ajuda as crianças com TEA a desenvolver novos

comportamentos, ampliar a comunicação e possibilita o aprendizado no meio que está inserido”. Melhorar as condições de trabalho para melhorar a atuação das professoras é importante para superar os obstáculos da inclusão. Ao escolher uma estratégia de mediação que propicie à aprendizagem dos alunos com TEA, é preciso levar em consideração as suas particularidades e limitações. Os recursos pedagógicos são importantes para ampliar a prática docente e possam criar estratégias para favorecer a aprendizagem. Assim sendo, o professor não precisa ser um especialista em tratamentos ou transtornos. Deve-se observar a criança como aluno, acreditar em suas capacidades, incluir a grandiosidade do psíquico, e não somente a da capacidade cognitiva como precursoras do campo das aprendizagens. dar oportunidades para que novas formas de ensinar e aprender sejam viabilizados no contexto escolar. O trabalho com a escrita alfabética é uma via impetuosa e possível quando se trata da construção de saberes de crianças com autismo. Ele facilita a reordenação do campo simbólico para que o educando possa dizer de si e dirigir suas palavras a um outro que a reconhece e a legítima. Porém, os resultados destes processos muitas vezes, não são apuráveis ao final de um ano letivo.

4. Lev Vygotsky e a zona do desenvolvimento proximal

De acordo com Ivan Paganotti, Professor e Doutor em Ciências da Comunicação (2011, p.2), no início do século 20, o psicólogo bielorrusso Lev Vygotsky (1896-1934) já defendia o convívio em sala de aula de crianças em níveis diferentes de aprendizado. Autor de mais de duzentos trabalhos sobre Psicologia, Educação e Ciências Sociais, ele sugere a existência de dois níveis de desenvolvimento infantil. O primeiro é chamado de real e envolve as funções mentais que já estão plenamente desenvolvidas. Normalmente, esse nível é considerado pelo que uma criança já faz sozinha. Essa avaliação, porém, não leva em conta o que ela conseguiria fazer ou alcançar com a ajuda. É justamente aí, na distância entre o que já se sabe e o que se pode saber com alguma interferência que encontramos o segundo nível de desenvolvimento constatado por Vygotsky e batizado por ele de proximal. De acordo com Vygotsky, "a zona proximal de hoje será o nível de desenvolvimento real amanhã". Ou seja: aquilo que, no momento, uma criança só consegue fazer

com a ajuda de alguém, posteriormente ela certamente realizará sozinha. Após Vygotsky desenvolver o conceito, há mais de 80 anos, a inclusão de crianças em diferentes níveis de desenvolvimento passou a ser vista como um fator primordial no processo de aprendizado. Através a troca de experiências sugeridas por Vygotsky, o professor naturalmente deixa de ser considerado como a única fonte de saber na sala de aula. Mas nem por isso tem seu papel minimizado. Ele continua sendo um mediador irrefutável, como, na hora de formar equipes, com alunos em diferentes níveis de aprendizado, para uma atividade em grupo.

A vantagem de efetuar essa mistura, na concepção vygotskyana, é que todos ganham. Por um lado, o aluno menos experiente se sente motivado pelo outro que já sabe executar aquela atividade e, com a sua ajuda, consegue realizar atividades que teria muitas dificuldades em realizar sozinho. Por outro, o mais o que já sabe fazer sozinho pondera e aperfeiçoa e compartilha suas habilidades ao ajudar o colega. É papel do educador propiciar o que os alunos podem fazer sozinhos ou o que devem trabalhar em grupos, verificar quais atividades precisam de acompanhamento e avaliar quais atividades ainda são impraticáveis mesmo com ajuda, por exigir saberes anteriores que ainda não estão estabelecidos ou acessíveis. O principal objetivo é que a aprendizagem dê prioridade ao que o aluno pode aprender a fazer sozinho, e o que ele só consegue fazer com ajuda agora. O conceito busca, desta maneira, ir além do que o aluno já sabe ou aprendeu a distância entre o que uma criança já domina e as atividades nas quais ela ainda precisa de ajuda. Para Vygotsky (2008), é no processo entre esses dois pontos que ela pode progredir mentalmente por meio do convívio e da comunicação. Não basta, então, determinar o que um educando já aprendeu para avaliar seu desempenho.

5. Os desafios da alfabetização de alunos com TEA

Existem inúmeras características quando falamos de autismo, envolve tanto os casos mais leves como os mais severos e para que os métodos pedagógicos direcionados à alfabetização possam ser organizados, é essencial conhecer e identificar cada um. Então, a primeira fase diz respeito a conhecer quem é o sujeito, quem é esse educando e quais são as suas características, a

fim de entender se já é possível começar o processo de alfabetização ou não. Um aspecto muito importante e que é uma das maiores dificuldades que caracteriza o autismo é exatamente o ponto central - a linguagem e a comunicação. Assim, esses são os aspectos primeiramente avaliados no autismo, nas dificuldades adaptativas e na deficiência intelectual. Salientando que quando se tem dois fatores concomitantemente, essa avaliação se torna ainda mais importante. No processo de comunicação e linguagem, é importante avaliar a criança desde a primeira infância, levar em consideração todos os antecedentes da linguagem no processo de alfabetização, quais são esses antecedentes e a sua relação com o desenvolvimento da alfabetização. A alfabetização não deve ser um processo individual, a criança precisa da orientação de alguém nesse período, do contrário, não será uma leitura saudável. Conforme a criança aprende os movimentos antecipatórios, ela terá ampliada a capacidade de socializar. Para conseguir desenvolver leitura e da escrita, a criança precisa dominar as seguintes habilidades: A forma como a criança se relaciona com o espaço e como a coordenação visomotora funciona em relação a este espaço. Esta é uma habilidade muito importante, na qual percebemos que crianças com autismo possuem algumas dificuldades. Um exemplo, é quando a criança escreve as palavras ou frases sem espaço entre elas. É necessário que a criança apresente a capacidade de linguagem expressiva e compreensiva, pois serão feitas solicitações à ela (por exemplo, qual a figura que começa com o som “B”?).

Outra característica, é a percepção visual, que está ligada à habilidade espacial e possibilita a diferenciação entre as letras d e b, por exemplo. Uma habilidade importantíssima no que diz respeito à capacidade de ler, escrever e, principalmente, de interpretar, a criança precisa simbolizar. Sabemos que a criança precisa ter percepção auditiva e visual bem desenvolvida para aprender a escrever e a ler. Quando se trata de crianças com TEA, essa questão é mais complexa, pois existe a possibilidade de hipo ou hipersensibilidade auditiva e/ou visual, isto é, a incapacidade de perceber diferenças ou mesmo ter negação a certos estímulos.

6.A atuação do psicopedagogo na alfabetização para portadores de TEA e o uso do lúdico como intervenção.

Para se conseguir um ensino mais eficaz, se faz necessário aperfeiçoar as técnicas e didáticas e implantar uma prática inovadora e prazerosa. Entre essas técnicas podemos destacar o lúdico, um recurso didático dinâmico que garante bons resultados na educação, exige muito planejamento e cuidado na execução da atividade ou na brincadeira apresentada. Os jogos auxiliam no desenvolvimento da aprendizagem, tanto do cognitivo, psicomotor como também no desenvolvimento da motricidade ampla e fina, na imaginação, na interpretação, na criatividade, e na organização de pensamento, que por sua vez, acontecem quando brincamos ou jogamos, quando se segue às regras, tudo é determinante para aprendizagem.

A criança ao fazer atividades de forma lúdica, se envolve tanto que coloca na ação da brincadeira o seu sentimento e emoção. A atividade lúdica integra os aspectos sociais, motores, cognitivos e afetivos, portanto a partir do brincar, desenvolve-se, a aprendizagem de forma fácil, manifesta o desenvolvimento social, cultural e individual, contribuindo para uma vida saudável, física e mental. Aprendizagem é toda atividade onde desenvolvemos habilidades e novos conhecimentos. A contribuição dos jogos e brincadeiras para o desenvolvimento da aprendizagem é muito importante, porém, outras atividades como a música, pintura e tudo que estimule a criatividade são também ações lúdicas necessárias para a aprendizagem da criança. Então, através do lúdico a criança poderá desenvolver todas as suas e potencialidades e habilidades, e desenvolver seu lado social, e cognitivo e motor. A utilização de atividades lúdicas na Psicopedagogia colabora para que os alunos possam obter um bom desenvolvimento. No entanto, somente essas atividades não resolvem o processo de aprendizagem, elas podem auxiliar e promover mudanças significativas. O lúdico é um excelente recurso para o atendimento psicopedagógico, usado como instrumento de união cognitiva com a aprendizagem. É imprescindível que o psicopedagogo faça intervenções de forma que a criança vá traçando a sua forma própria de aprender. Deste modo, torna-se essencial destacar que os jogos e brincadeiras são ótimos aliados que possibilitam às crianças o desenvolvimento das suas habilidades intelectuais. O

psicopedagogo que utiliza dos jogos como ferramenta para intervenção ou análise pretende resgatar aspectos cognitivos e afetivos dos conteúdos ministrados em sala, motivando-os a buscar uma aprendizagem prazerosa. O lúdico é uma maneira dinâmica muito produtiva para se alcançar um bom aprendizado, os jogos e as brincadeiras têm como fundamental característica induzir o desejo de aprender. Brincar é agir de forma criativa, sendo assim, o brincar não é só para criança, mas também para o adolescente, o jovem, até mesmo para adultos e idosos, cada sujeito com suas habilidades e seus recursos de vida.

Os jogos usados como intervenção psicopedagógica desenvolvem, não apenas, os aspectos cognitivos, mas também a expressão motora e corporal. Assim, a aprendizagem é mais significativa para a criança com TEA, sendo mais efetiva, ou seja, há uma aprendizagem de fato. Diversas atividades lúdicas são utilizadas por psicopedagogos como instrumentos de intervenção, como os jogos e brincadeiras que oferecem aos sujeitos um aprender brincando. Atividades que desenvolvem a coordenação motora global, socialização, percepção corporal e cognitiva, desenvolvimento da fala, como as atividades de seriação. Cabe ao psicopedagogo oferecer ambientes lúdicos que desenvolvam as múltiplas inteligências e habilidades das crianças. Nada melhor que os jogos e brincadeiras para que a aprendizagem se dê de forma lúdica. Assim sendo, faz-se necessário que o psicopedagogo desenvolva situações que estimulem a aprendizagem para o total desenvolvimento de habilidades cognitivas, psicomotor e sócio afetivas, através das intervenções psicopedagógicas devidas para cada criança, pois cada ser é único e singular. Portanto, concordando com o que diz Antunes:

Duas crianças, na mesma idade, possuem a janela da mesma inteligência com o mesmo nível de abertura, isso não significa, entretanto que sejam iguais; a história genética de cada uma pode fazer com que o efeito de estímulos sobre essa abertura seja maior ou menor, produza efeito mais imediato ou mais lento. É um erro supor que o estímulo possa fazer a janela abrir-se mais depressa. Por isso, essa abertura precisa ser aproveitada por pais e professores com equilíbrio, serenidade e paciência. O estímulo não atua diretamente sobre a janela, mas, se aplicado adequadamente, desenvolve habilidades e estas, sim, conduzem a aprendizagens significativas.

Notamos que é primordial que a criança seja estimulada desde cedo, pois cada uma tem um tempo e formas diferentes de aprender.

7.Como utilizar métodos lúdicos de alfabetização.

A ludicidade auxilia na alfabetização e no letramento, mas precisa alcançar aos alunos com planejamento e estratégias. Não é somente realizar a atividade lúdica e deixar os alunos brincarem soltos e sem nenhuma orientação. A atividade deve ser realizada para que os objetivos sejam alcançados e que verdadeiramente obtenha resultados significativos, o uso de atividades lúdicas no processo de alfabetização deve ser sempre orientado: brincar por brincar pode ser bem divertido, mas, não necessariamente agrega ao processo de ensino-aprendizagem. Diariamente, o professor em sala de aula, precisa buscar novas formas de tornar o ensino atrativo, estimulante e eficaz. O ensino estimulante une o prazer e a diversão, à aprendizagem. Por isso, é importante criar situações de ensino-aprendizagem possibilitando um trabalho com atividades lúdicas dentro e fora da sala. Quando a criança é motivada pela curiosidade e diversão, ela se envolve com mais facilidade nas atividades e, como consequência, aprende melhor. O lúdico promove a apropriação da escrita alfabética, da leitura, e oralidade significativa. É necessário desenvolver estratégias de forma lúdica, seja através dos jogos, da música, das brincadeiras, das atividades manuais ou do entrosamento da turma para elaborar alguma atividade. Essas atividades precisam ser planejadas pelo professor e ele deve orientar e motivar seus alunos na criação de novos jogos. O professor deve estar atento aos questionamentos, dificuldades e soluções que os alunos encontram e a hora da atividade lúdica é um excelente momento para isso. Com isso, o professor percebe melhor as estratégias e o desenvolvimento que cada aluno está fazendo. É importante que o professor esteja sempre interagindo com os alunos, orientando-os para a aprendizagem. Apresentando para eles as regras e os objetivos do jogo. Cada aluno tem um grande potencial para aprender, o que as levam a internalizar a aprendizagem aproveitando as oportunidades que são oferecidas, elas constroem sua aprendizagem, criam e recriam. É extremamente importante que os educadores, busquem, continuamente, atualizar e ampliar seus conhecimentos e que reavaliem frequentemente sua prática, de modo a garantir que todos os alunos alcancem seus objetivos, mesmo que para isso tenham que utilizar métodos e estratégias diversificados, mas, com segurança,

intenção e objetivos bem definidos. Para que um professor introduza o lúdico no dia-a-dia de sua turma, é imprescindível que ele acredite que brincar é essencial para adquirir conhecimentos, desenvolver a socialização e construir a identidade. Mediador, observador, pesquisador, afetivo e estudioso, são sem dúvida, algumas das características de um bom alfabetizador. Ao se falar sobre ludicidade na escola, não se trata apenas de espalhar brinquedos e jogos no chão e deixar que os alunos brincando sozinhos. Pode ser feito isso, porém a inclusão do lúdico na aprendizagem vai muito além dessa estratégia. Essa proposta de brincar deve ser planejada, objetivada e mediada pelo professor para que ela seja mais proveitosa na aprendizagem. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), alerta que as socializações e as brincadeiras são eixos estruturantes das atividades pedagógicas na Educação Básica. O documento esclarece que a hora de aprender pode ser a mesma hora de brincar, sendo assim, o lúdico peça chave para o bom aprendizado e desenvolvimento do aluno. A ludicidade se apresenta como principal fator tanto ao desenvolvimento motor e cognitivo do aluno, quanto à aprendizagem, socialização e desenvolvimento. A alfabetização fica mais atraente, divertida e informal. Quando o aluno brinca e, dessa forma, constrói seu aprendizado, fazer as atividades se tornam prazerosas e gratificantes. Porém, é de extrema necessidade que haja, da parte do educador, um planejamento bem estruturado, diversificado e que explore todas as habilidades de seus alunos, principalmente, o desenvolvimento do aluno sendo levado ao aprimoramento e avanço da sua aprendizagem. Cabe ao educador, como mediador, oportunizar atividades que desafiem seus alunos e os desenvolvam plenamente suas capacidades.

Junto com o imaginário, a ludicidade oferece caminhos alternativos para o desenvolvimento dos alunos tornando-os mais criativos, autônomos, críticos e, com isso, promove um aprendizado com significado. Assim sendo, possibilita uma observação mais exploratória do mundo e do outro, possibilitando o aprendizado em todas as dimensões humanas e levando ao progresso na alfabetização e letramento.

METODOLOGIA

Este estudo apresenta como base teórica e metodológica, uma pesquisa bibliográfica, qualitativa, visando aprofundar o conhecimento sobre o tema proposto para que seja possível ampliar os entendimentos das dificuldades encontradas por alunos portadores de TEA em período de alfabetização. Demonstrar como podemos obter bons resultados utilizando ferramentas lúdicas neste processo. Por pesquisa bibliográfica compreende-se, conforme explica Silva (2003, p.49), uma pesquisa inicial, que dá suporte a outras possibilidades que se abrem dentro da temática proposta, ainda, ela explica os problemas a partir das bibliografias já existentes, sendo importante para o aprofundamento da pesquisa.

Para Cordeiro, Molina e Dias (2014, p.147), pesquisa bibliográfica é aquela em que “salienta quem são os principais autores, como realizou as leituras dos textos”, sendo esses livros, periódicos, sites da internet, artigos científicos, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi realizar um estudo abrangente sobre a alfabetização do autista. Ao optar pela alfabetização de portadores do Transtorno do Espectro Autista (TEA) como temática para o desenvolvimento do artigo, estive muito próxima da realidade escolar em que atuo como professora há 12 anos. Deste modo, ao possuir clareza sobre a temática e os objetivos que eu gostaria de alcançar, iniciou-se formalmente o processo para o desenvolvimento da pesquisa. Primeiramente, iniciei minha pesquisa sobre quais teóricos eu gostaria de citar. Através da análise foi possível reconhecer as características de indivíduo com TEA. No que diz respeito aos conhecimentos adquiridos para o trabalho com indivíduos portadores de TEA, digo que foi de grande valia. Ir em busca de materiais, teóricos, experiências, leis no Brasil que garantem os direitos de pessoas com TEA, acrescentaram-me conhecimentos neste campo.

A pesquisa feita deixa claro que é extremamente importante que haja formação para os profissionais de educação, a fim de que todos tenham

competências para desenvolver as capacidades individuais dos alunos, tal qual a lei nos mostra. De fato não existem treinamentos, capacitações, cursos, etc. Deste modo, consideramos que uma dos principais obstáculos é, sem dúvida alguma, o despreparo dos profissionais do sistema regular para receber alunos portadores de algum transtorno de aprendizagem. Sem ter acesso a uma formação adequada, os educadores enfrentam grandes dificuldades em acolher e orientar alunos com TEA, com isso, não estão totalmente preparados para trabalhar a inclusão nas suas diferentes áreas. Podemos destacar que a inclusão de crianças com TEA em classes regulares não deve ser apenas uma aceitação de matrícula e sim que esse aluno seja verdadeiramente atendido na unidade de ensino. Faz-se necessário que as autoridades reconheçam como primeiro passo a prioridade da formação adequada e continuada para os professores, sem isso, nenhuma intervenção pedagógica se fará acessível, além de inclusiva e acolhedora, a escola precisa se constituir em espaço para produzir e socializar os conhecimentos para todos os alunos, sem distinção. No entanto, não é isto que verificamos com relação aos estudantes com TEA. Aparenta, que a escola se satisfaz apenas em manter seus alunos no espaço educacional, mesmo que não participem das aulas, não realizem as tarefas, não aprendam e não consigam se desenvolver. Identifiquei que a ludicidade utilizada como ferramenta de aprendizado ainda desperta receio em algumas pessoas, mesmo obtendo excelentes resultados trabalhando desta forma. Notei que em diversas instituições ainda não é encontrado um psicopedagogo para realizar intervenções psicopedagógicas quando necessário.

A utilização de jogos e brincadeiras pelo educador concede aos alunos o aprimoramento de inúmeros conhecimentos de forma lúdica. No entanto, faz-se necessário auxiliar o aluno, de uma forma delicada, para que brinque com variados tipos de brinquedos, para que a intervenção possa ser eficiente diante dificuldades que possam aparecer. A partir da análise, é de fato notório que a atividade lúdica favorece uma construção e desenvolvimento das habilidades cognitivas e da personalidade. Através das brincadeiras, o aluno aprende a esperar sua vez, a seguir regras, eleva sua autoestima e independência. Ir em busca de materiais, teóricos, experiências, jogos e diversas ferramentas, acrescentaram-me conhecimentos neste campo.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. **O jogo e a educação infantil**. São Paulo: Vozes, 2003. Página inicial. Disponível em <https://www.educinf.com.br/>. Acesso em 20/06/2021

AUTISMO E REALIDADE. Blog Autismo e Realidade. **VII Simpósio de Atualização em Transtorno do Espectro Autista**. Kanner, c2021. Página Inicial. Disponível em: <https://autismoerealidade.org.br/>. Acesso em 12/08/2021.

BASTOS, Marise B. **Tratar e educar**: escrita e alfabetização de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). P.135-148. In. Concepções e proposições em psicologia e educação. São Paulo: Blucher, 2017.

BRASIL. Lei Federal nº 12.764/2012, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF: 28 dez. 2012. Disponível em : <https://www.planalto.gov.br/> . Acesso em 19/06/2021

BRASIL. Lei de Diretrizes e bases de Educação Nacional, nº 9394, 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 20/08/2021.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA.

Disponível em <https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/Salamanca.pdf>// Acesso em 18/06/ 2021

FACHIN, O. Fundamentos de metodologia. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2005. In: CORDEIRO, G. do R; MOLINA, N.L ; DIAS V. F. Orientações e dicas básicas para trabalhos acadêmicos. Curitiba. Editora Intersaberes, 2014.

GOFFREDO, Vera Lúcia Flôr S. Integração ou segregação? **O discurso e a prática das escolas públicas da rede oficial de ensino do município do Rio de Janeiro**. Dissertação do Mestrado. Rio de Janeiro, UERJ, 1991.

PAGANOTTI, Ivan. **Vygotsky e o conceito de zona de desenvolvimento proximal**. Revista Nova escola. Ed. 242, 01 de maio. 2011.

MANTOAN. Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: **o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002

REVISTA NOVA ESCOLA. Nova Escola. Lev Vigotysky: **o teórico do ensino como processo social**, c 2008. Página Inicial. Disponível em: <https://novaescola.org.br/> Acesso em:15/08/ 2021

SANCHES, Isabel Rodrigues; SIQUEIRA, Leni Porto Costa. Revista Comunicações: **A inclusão escolar e o transtorno do espectro do autismo**, v.23,n.3,p.167-183,2016.Disponível <https://www.revistacomunicacoes.com.br//> Acesso em 15/06/ 2021.

SERRA, Dayse. **A inclusão de alunos com autismo na escola: Alfabetização**. SÃO PAULO, 2018. P.1. Disponível em: <https://WWW.PROPED.PRO.BR//> . Acesso em: 10/08/2021.

SILVA, Jaqueline Renata da et al. Contemporânea Revista UniToledo. **Crianças autistas no processo de alfabetização: Práticas pedagógicas inclusivas**: Arquitetura, Comunicação, Design, Educação e História, v. 3, n. 1, 2018. Disponível em <https://www.revistaunitoledo.com.br//>. Acesso em 18/05/2021.

SILVA, M. A F. **Métodos e técnicas de pesquisa**. Curitiba. Ibpex, 2003.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, Tailândia: UNESCO, 1990. UNESCO